Armac Locação, Logística e Serviços S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2019 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Deloitte Touche Tohmatsu
Av. Dr. Chucri Zaidan, 1.240 -
4º ao 12º andares - Golden Tower
04711-130 - São Paulo - SP
Brasil

Tel.: + 55 (11) 5186-1000
Fax: + 55 (11) 5181-2911
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e ao Conselho de Administração da
Armac Locação, Logística e Serviços S.A.

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da Armac Locação, Logística e Serviços S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos, se houver, do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Armac Locação, Logística e Serviços S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião com ressalva

Não examinamos, nem foram examinadas por outros auditores independentes, as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Dessa forma, como os saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 são utilizados na determinação do resultado do exercício e em outras informações constantes nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, não nos foi possível determinar a existência ou não de ajustes que teriam sido necessários nas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 conteve modificação. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras do exercício corrente também inclui modificação em decorrência do possível efeito desse assunto sobre a comparabilidade dos valores do exercício corrente e valores correspondentes.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

© 2021. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

Deloitte.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras, como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento da receita de prestação de serviços e locação de máquinas, notadamente no período de competência ou na efetiva prestação do serviço de locação de máquinas

Porque é um PAA

Conforme mencionado na nota explicativa n° 19 às demonstrações financeiras, a Companhia possui receita majoritariamente da prestação de serviços e locação de máquinas. Os dados para reconhecimento da receita são incluídos no sistema de forma manual, bem como a receita é registrada quando da emissão da nota fiscal de venda dos serviços prestados, tal procedimento requer controles robustos da administração para (i) apuração do ajuste da receita entre o período efetivo da prestação de serviço e a data de emissão do documento fiscal e (ii) certificação dos valores a serem reconhecidos em consonância com os contratos pactuados.

Devido à relevância dos montantes envolvidos e às características inerentes ao processo de reconhecimento de receita, incluindo o volume de contratos e ao processo de captura de medição do serviço prestado dentro do período de competência, consideramos esse tema como um assunto significativo em nossos trabalhos de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram: (i) entendimento dos processos internos da Companhia para mensuração e reconhecimento das receitas com prestação de serviço; (ii) avaliação dos sistemas e mecanismos utilizados no processo com a participação de especialistas em tecnologia; (iii); verificação, por amostragem, das documentações suporte dos serviços de locação realizadas no exercício; (iv) teste de reconhecimento pela competência das receitas, com verificação de documentação suporte, tais como medição e vencimentos dos contratos realizados com os clientes dentro da competência correta; (v) análise mensal das receitas utilizando dados agregados e desagregados para identificar relações ou movimentações dissonantes às nossas expectativas e (vi) análise das divulgações realizadas pela Companhia nas demonstrações financeiras.

Como resultado da execução desses procedimentos foram identificados ajustes e deficiências de controles relacionado ao processo de medição do serviço e reconhecimento de receita no período adequado, que foram comunicados e efetuados pela Companhia, e que alteraram nossa avaliação quanto à natureza, época e extensão de nossos procedimentos substantivos inicialmente planejados.

Com base nas evidências obtidas por meio de nossos procedimentos anteriormente descritos, consideramos que a apuração e reconhecimento da receita, sua contabilização e as respectivas divulgações em notas explicativas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

© 2021. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado ("DVA") referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliadas com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

© 2021. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

© 2021. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

Deloitte.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 23 de abril de 2021

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Alessandro Costa Ramos
Contador
CRC nº 1 SP 198853/O-3

© 2021. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

Demonstrações Financeiras 2019



armac

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados,

A Administração da Armac Locação, Logística e Serviços S.A. ("ARMAC" ou "Companhia") submete à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do relatório do Auditor Independente, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

MENSAGEM DA ADIMINISTRAÇÃO

Apresentamos os resultados do ano de 2019 da ARMAC, empresa que atua com foco no compartilhamento de ativos para os setores do agronegócio, mineração, florestal e infraestrutura. Nosso modelo de negócio tem como objetivo colocar nosso conhecimento em manutenção e operação de máquinas pesadas a serviço de nossos clientes, trazendo eficiência a partir da redução do tempo ocioso das máquinas e gerando grandes ganhos na execução da manutenção e da operação.

O ano de 2019 foi marcado por grandes conquistas. Nossa Receita Bruta de locação e serviços atingiu R$ 66,8 milhões, que representa um crescimento de 45,6% comparado a 2018. Esse crescimento foi inteiramente orgânico e advém principalmente do aumento de nosso *market share* no mercado de locação de equipamentos pesados, devido a confiança crescente dos clientes em nossa capacidade operacional e proposta de valor. Por ainda termos um *market share* incipiente neste mercado, estamos confiantes de que são muitas as oportunidades de crescimento no futuro.

Além disso, tivemos aumento de rentabilidade em 2019. Nosso EBITDA atingiu R$ 30,0 milhões, um crescimento de 54,1% comparado a 2018, com a expansão da margem EBITDA de 47,5% em 2019 para 50,1%.

Durante o ano de 2019, expandimos nossa frota de 259 equipamentos para 424 equipamentos. O investimento total foi de R$48 milhões. As fontes principais de recurso foram a própria geração de caixa da Companhia e novos financiamentos captados com nossos parceiros do sistema financeiro.

Em 2020, temos a ambição de oferecer nossa proposta de valor para um número cada vez maior de clientes, que hoje têm suas frotas próprias ou locadas através de contratos de leasing, com custos de manutenção e complexidades operacionais elevadas. As necessidades do cliente estão no centro de tudo que fazemos e esperamos gerar cada vez mais valor a partir de um uso mais eficiente e sustentável de equipamentos pesados.

Por fim, agradecemos a confiança depositada por nossos clientes, fornecedores e parceiros financeiros. Reforçamos que a vontade de os servir com a maior eficiência possível é o que nos move diariamente.

RESULTADOS OPERACIONAIS E FINANCEIROS

R$ em milhões	2019	2018	Var. %
Número de Equipamentos para Aluguel	**424**	**259**	**63,7%**
Receita Bruta	**68,2**	**47,6**	**43,2%**
Receita bruta de locação e serviços	66,8	45,9	45,6%
Receita bruta de venda de ativos	1,4	1,7	(19,8%)
Receita Líquida	**61,4**	**42,7**	**43,6%**
Receita líquida de locação e serviços	60,0	41,0	46,2%
Receita líquida de venda de ativos	1,4	1,7	(19,8%)
Lucro Bruto	**26,9**	**16,9**	**59,2%**
% receita líquida	43,8%	39,5%	+4,3 p.p.
EBIT	**22,6**	**14,6**	**55,2%**
% receita líquida	36,8%	34,1%	+2,8 p.p.
EBITDA*	**30,0**	**19,5**	**54,1%**
% receita líquida*	50,1%	47,5%	+2,5 p.p.
Lucro Líquido Caixa	**21,1**	**13,8**	**52,2%**
% receita líquida	34,3%	32,4%	+1,9 p.p.
Lucro Líquido	**9,2**	**6,3**	**45,0%**
% receita líquida	14,9%	14,8%	+0,1 p.p.

** excluí o resultado da venda de ativos do imobilizado.*

Receita Bruta

Em 2019, a receita bruta atingiu R$ 68,2 milhões, crescendo 43,2% quando comparada a 2018. A receita bruta de locação e serviços atingiu R$ 66,8 milhões, crescendo 45,6% quando comparada a 2018.

Receita Líquida

Em 2019, a receita líquida atingiu R$ 61,4 milhões, crescendo 43,6% quando comparada a 2018. A receita líquida de locação e serviços atingiu R$ 60,0 milhões, crescendo 46,2% quando comparada a 2018.

Lucro Bruto

Em 2019, o lucro bruto atingiu R$ 26,9 milhões, crescendo 59,2% quando comparada a 2018. A margem bruta aumentou de 39,5% em 2018 para 43,8% em 2019.

EBITDA

Em 2019, o EBITDA atingiu R$ 30,0 milhões, crescendo 54,1% quando comparada a 2018. A margem EBITDA aumentou de 47,5% em 2018 para 50,1% em 2019.

R$ em milhões	2019	2018	Var. %
Lucro Líquido	**9,2**	**6,3**	**45,0%**
(+) Imposto de renda e cont. social	5,9	3,3	
(+) Despesas financeiras	7,8	5,5	
(–) Receitas financeiras	(0,3)	(0,6)	
(+) Depreciação e amortização	7,0	4,6	
(+/–) Resultado não recorrente*	0,4	0,4	
EBITDA	**30,0**	**19,5**	**54,1%**
% margem EBITDA	50,1%	47,5%	+2,5 p.p.

** resultado de venda de ativos do imobilizado.*

Lucro Líquido e Lucro Líquido Caixa

Em 2019, o Lucro Líquido Caixa atingiu R$ 21,1 milhões, crescendo 52,2% quando comparado a 2018. Como percentual da receita líquida houve um aumento de 32,4% em 2018 para 34,3% em 2019. Essa queda se deu principalmente pelo aumento da alavancagem da empresa.

Em 2019, o Lucro Líquido atingiu R$ 9,2 milhões, crescendo 45,0% quando comparado a 2018. A margem líquida aumentou de 14,8% em 2018 para 14,9% em 2019.

R$ em milhões	2019	2018	Var. %
Lucro Líquido	**9,2**	**6,3**	**45,0%**
% receita líquida	14,9%	14,8%	+0,1 p.p.
(+) Impostos diferidos e utilização de créditos sobre a aquisição de ativos imobilizados	11,9	7,5	
Lucro Líquido Caixa	**21,1**	**13,8**	**52,2%**
% receita líquida	34,3%	32,4%	+1,9 p.p.

Endividamento e Investimento de Capital

Em 2019, a Companhia investiu R$48 milhões, sendo R$46 milhões na expansão da nossa frota de equipamentos para locação. Com isso, a Companhia atingiu uma frota com valor de aquisição total de R$114 milhões, crescendo em 59% quando comparado a 2018.

Financiamos 100% dos equipamentos adquiridos em 2019 através de novas linhas com nossos parceiros financeiros. A captação total do ano foi de R$43 milhões, enquanto a amortização realizada foi de R$19 milhões.

Fechamos 2019 com uma dívida bruta de R$73 milhões e uma dívida líquida de R$66 milhões. Desse modo, nossa alavancagem atingiu 2,20x.

R$ em milhões	2019	2018	Var. %
Capex	**18,1**	**37,4**	**28,4%**
Novas captações	**43,3**	**32,4**	**33,7%**
Dívida bruta	**72,8**	**48,8**	
Curto prazo	27,1	15,2	
Longo prazo	45,8	33,5	
Caixa e aplicações financeiras	**6,8**	**2,5**	
Dívida líquida	**66,0**	**46,3**	**42,5%**
Dívida Líquida / EBITDA UDM	2,20x	2,38x	

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Acreditamos que o amadurecimento da Companhia, a partir da implantação gradual das melhores práticas de governança corporativa é essencial para que possamos servir cada vez melhor a todos os nossos *stakeholders*. Em 2019, nossa governança era composta por uma Diretoria Executiva.

CAPITAL HUMANO

A cultura e o compromisso de nossas equipes e lideranças é a maior vantagem comparativa da ARMAC. Investimos continuamente para expandir essa vantagem comparativa a partir da formação de cada vez mais mecânicos, motoristas, operadores, engenheiros e administradores que se identifiquem com o jeito "graxa na caveira" de fazer acontecer e servir nossos clientes.

Nossa liderança é formada na linha de frente, com apoio da ARMAC para que possam se desenvolver e estar à altura dos novos desafios que carreiras diferentes vão demandar.

Ao fim de 2019 atingimos 254 funcionários, comparado a 203 em no fim de 2018.

SUSTENTABILIDADE

Nosso modelo de negócio está totalmente alinhado aos princípios da economia do compartilhamento, e gera eficiência às cadeias onde estamos atuando através da redução das horas ociosas dos equipamentos e da gestão cuidadosa da manutenção.

Além disso, acreditamos que nosso modelo de negócio é o motor de uma grande transformação social para profissionais da linha de frente, que geralmente não tiveram a oportunidade de uma formação superior. Mecânicos, motoristas de carreta, operadores, estão no centro da geração de valor para clientes e acionistas, e, portanto, têm na ARMAC oportunidades de carreira e desenvolvimento pessoal que outras empresas não oferecem.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

A Companhia utilizou os serviços de auditoria independente da Deloitte Brasil Auditores Independentes Ltda. (“Deloitte”) para realizar auditoria e emitir relatórios sobre as demonstrações financeiras da Companhia. A administração da Companhia informa que tem como política não contratar o auditor independente em serviços de consultoria que possam gerar conflitos de interesse. A administração e seu auditor independente entendem que os serviços mencionados não geram conflitos de interesse e, portanto, não apresentam riscos de independência de acordo com as regras vigentes no Brasil.

ARMAC LOCACAO, LOGISTICA E SERVICOS LTDA.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO

	Nota	2019	2018
Ativo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	6.793	2.460
Contas a receber de clientes	6	8.468	5.611
Tributos a recuperar	7	1.809	2.361
Outros ativos		569	231
Total do ativo circulante		**17.639**	**10.663**
Ativo Não Circulante			
Outros ativos		229	203
Imobilizado	8	98.431	64.345
Intangível		79	110
Total do Ativo Não Circulante		**98.739**	**64.658**
Total do ativo		**116.378**	**75.321**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	2019	2018
Passivo Circulante			
Fornecedores	9	6.729	2.138
Empréstimos e financiamentos	10	27.070	15.247
Obrigações sociais e trabalhistas	11	1.772	921
Obrigações tributárias		21	21
Parcelamentos de tributos	12	60	62
Dividendos a pagar	14.2	500	-
Outras contas a pagar		-	110
Total do passivo circulante		**36.152**	**18.499**
Passivo Não Circulante			
Fornecedores	9	-	991
Empréstimos e financiamentos	10	45.754	33.543
Parcelamentos de tributos	12	389	454
Tributos diferidos	16.2	10.974	5.155
Outros passivos		-	47
Total do passivo não circulante		**57.117**	**40.190**
Patrimônio Líquido			
Capital social	14.1	230	230
Reserva de lucros		22.879	16.402
Total do patrimônio líquido		**23.109**	**16.632**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**116.378**	**75.321**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ARMAC LOCACAO, LOGISTICA E SERVICOS LTDA.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2019	2018
Receita líquida operacional	17	**61.374**	**42.738**
(−) Custo dos serviços prestados	18	(34.481)	(25.845)
(=) Lucro bruto		**26.893**	**16.893**
Despesas operacionais			
(−) Administrativas e comerciais	18	(4.288)	(2.330)
(=) Lucro operacional antes do resultado financeiro		**22.605**	**14.563**
(−) Despesas financeiras	20	(7.813)	(5.473)
(+) Receitas financeiras	19	296	563
(=) Resultado financeiro líquido		**(7.517)**	**(4.910)**
(=) Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**15.088**	**9.653**
Imposto de renda e da contribuição social			
(−) Corrente	16.1	(106)	-
(−) Diferido	16.2	(5.818)	(3.334)
(=) Lucro líquido do exercício		**9.164**	**6.319**
Lucro básico e diluído por ação / quota (em R$)		39,84	27,47

ARMAC LOCACAO, LOGISTICA E SERVICOS LTDA.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Capital Social	Reserva de Lucros a Realizar	Patrimônio Líquido
Saldos em 31 Dezembro 2017 (não auditado)		**230**	**10.362**	**10.592**
Lucro líquido do exercício		-	6.319	6.319
Dividendos distribuídos		-	(279)	(279)
Saldos em 31 Dezembro 2018		**230**	**16.402**	**16.632**
Lucro líquido do exercício		-	9.164	9.164
Dividendos distribuidos	14.2	-	(2.687)	(2.687)
Saldos em 31 dezembro 2019		**230**	**22.879**	**23.109**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ARMAC LOCACAO, LOGISTICA E SERVICOS LTDA.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	**9.164**	**6.319**
Resultado abrangente do exercício	**9.164**	**6.319**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ARMAC LOCACAO, LOGISTICA E SERVICOS LTDA.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2019	2018
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**15.088**	**9.652**
Ajustado por:			
Depreciação e amortização	8 e 18	7.001	4.557
Valor residual de ativos imobilizados desmobilizados	8	1.490	531
Perda no recebimento de crédito	18	49	70
Provisão de créditos de liquidação duvidosa	6 e 18	397	-
Juros sobre empréstimos e financiamentos	20	6.817	4.723
Variações nos ativos e passivos:			
Contas a receber de clientes		(3.303)	(2.000)
Impostos a recuperar		552	(334)
Outros ativos		(364)	(255)
Fornecedores		3.600	(1.001)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		850	244
Obrigações tributárias		-	(158)
Outros passivos		(47)	47
Outras contas a pagar		(108)	(181)
Juros sobre financiamentos	10	(6.798)	(4.201)
Juros sobre parcelamentos	12.2	(15)	(13)
Aquisição de ativos imobilizados	8	(2.837)	(1.795)
Imposto de renda e contribuição social pagos no exercício	16.1	(106)	-
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**22.266**	**9.886**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento			
Aquisição de Ativos Intangíveis	11	-	(110)
Recebimento pela venda de imobilizado	8	1.368	1.708
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		**1.368**	**1.598**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			
Captação de empréstimos e financiamentos	10	2.241	-
Captação de parcelamentos	12.2	-	100
Pagamento de dividendos	14.2	(2.187)	(819)
Pagamento de empréstimos e financiamentos	10	(19.302)	(10.545)
Pagamento de parcelamentos	12.2	(52)	(50)
Caixa líquido aplicados nas atividades de financiamento		**(19.300)**	**(11.314)**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**4.334**	**170**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		2.460	2.290
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		6.794	2.460
Principais transações que não afetaram o caixa, registradas no balanço			
Captação de financiamentos para aquisição de imobilizado (FINAME e CDC)		(41.076)	(32.404)
Geração de crédito de PIS/COIFNS na aquisição de imobilizado		(4.152)	(3.137)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ARMAC LOCACAO, LOGISTICA E SERVICOS LTDA.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2019	2018
Receitas:			
Receita de aluguel, serviços e outros	17	68.199	47.610
Perdas de creditos esperadas	6	(397)	(69)
Serviços e materiais de terceiros			
Serviços de terceiros, materiais e outros		(15.964)	(15.054)
Valor adicionado bruto		**51.838**	**32.487**
Depreciação e amortização	18	(7.001)	(4.557)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		**44.837**	**27.930**
Valor adicionado recebido em transferências			
Receitas financeiras	20	296	567
Outras		(631)	-
Valor adicionado a distribuir		**44.502**	**28.497**
Pessoal			
Remuneração direta		10.283	6.460
Benefícios		2.908	1.551
FGTS		834	444
INSS		2.094	1.183
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		10.768	6.435
Municipais		638	633
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros		7.813	5.472
Remuneração de capitais próprios			
Dividendos		2.687	279
Lucros retidos		6.477	6.040
Distribuição do valor adicionado		**44.502**	**28.497**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Armac Locação, Logística e Serviços Ltda. ("Companha" ou "Armac") é uma sociedade por quotas com responsabilidade limitada, sediada no município de Cotia, SP.

A Armac tem como principal atividade a locação de máquinas, veículos e equipamentos para carga, descarga e manipulação de materiais agrícolas e de construção.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, e as normas internacionais de relatório financeiro ("Internacional Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "Internacional Accounting Standards Board - IASB".

2.2. Declaração de relevância

A Administração aplicou na elaboração das demonstrações financeiras a orientação técnica OCPC 7 e Deliberação CVM nº 727/14, com a finalidade de divulgar somente informações relevantes, que auxiliem os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos. Além disso, a Administração afirma que todas as informações relevantes estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão do negócio.

2.3. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico é geralmente baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Administração leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a entidade conseguirá cumprir suas obrigações de pagamentos decorrentes de empréstimos bancários conforme os prazos divulgados na nota explicativa n° 10.

2.4. Autorização para emissão das demonstrações financeiras

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 23 de abril de 2021 foi autorizada a conclusão e divulgação das presentes demonstrações financeiras.

2.5. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando o real (R$), moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua, eleita moeda funcional de apresentação das demonstrações financeiras.

2.6. Uso de estimativas e julgamentos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, estão contempladas a seguir:

a) Valor residual e taxa de depreciação e amortização dos ativos– nota explicativa n° 8

A Companhia efetua análise da vida útil dos bens do imobilizado e estima o valor residual de venda dos veículos leves, pesados e máquinas e equipamentos, a fim de que o valor residual contábil seja próximo do valor residual de venda.

b) Perda de créditos esperadas – nota explicativa n° 6

A Companhia efetua estimativa de perda das contas a receber considerando o histórico de perdas dos clientes e as perdas de créditos esperadas baseada nas análises de deterioração de riscos de créditos dos clientes monitoradas pela área de crédito e cobrança.

c) Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos - nota explicativa n° 16

A Companhia efetua análise de recuperabilidade dos saldos de tributos diferidos ativos anualmente, com base na expectativa de lucros tributáveis futuros, sendo constituídos ativos somente para a parcela dos saldos de prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e diferenças temporárias sobre os quais a Companhia possuem projeções de utilização dentro de um prazo considerado razoável. A Administração utiliza-se de premissas significativas nesses estudos, projetando suas receitas, custos e despesas, com base nas informações de contratos correntes e de contratos de longo prazo com clientes.

d) Análise de indicativos de desvalorização do ativo imobilizado e redução ao valor recuperável (“impairment”) – nota explicativa n° 8

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, se ocorreram eventos ou mudanças que indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. Caso sejam identificados indicativos, é efetuado o teste de “impairment” considerando o nível de Unidade Geradora de Caixa - UGC, que são as máquinas e equipamentos. Nessa circunstância, a Companhia utiliza-se de premissas chaves na determinação dos fluxos de caixa projetados.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Administração não identificou indicadores de que o ativo imobilizado poderia apresentar “impairment”. O intangível não é material na avaliação da Companhia e não compõe a unidade geradora de caixa.

e) Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários e depósitos judicias - nota explicativa n° 13

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos de caráter cível, trabalhistas e tributário.

Provisão são constituídas para todas as demandas decorrentes de processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja efetuada para suprir uma contingência e ou liquidar uma obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1. Princípios gerais e critério de reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na demonstração do resultado quando for satisfeita a obrigação de desempenho. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A receita é reconhecida quando todos os critérios a seguir forem atendidos:

- Quando as partes do contrato aprovarem o contrato (por escrito, verbalmente ou de acordo com outras práticas usuais de negócios) e estiverem comprometidas em cumprir suas respectivas obrigações;
- Quando a Companhia puder identificar os direitos de cada parte em relação aos bens ou serviços a serem transferidos;
- Quando a Companhia puder identificar os termos de pagamento para os bens ou serviços a serem transferidos;
- Quando o contrato possuir substância comercial (ou seja, espera-se que o risco, a época ou o valor dos fluxos de caixa futuros da Empresa não se modifiquem como resultado do contrato);
- Quando for provável que a Companhia receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente.

a) Receita de locação e prestação de serviço

Locação de plataformas elevatórias, caminhões e equipamentos pesados com ou sem cessão de mão de obra, que viabilizam as demandas técnicas para atender as necessidades de empresas da construção civil, infraestrutura e agronegócio. As faturas são emitidas no final do mês corrente, após a prestação de serviço. Os pagamentos são realizados após a emissão das faturas.

A receita é reconhecida ao longo do tempo conforme a utilização das máquinas e equipamentos pelo cliente.

b) Receita de venda de ativos

A receita de venda de ativo (máquinas e caminhões) é uma atividade acessória e complementar da atividade de locação de máquinas. A Companhia vende as máquinas através de seus consultores comerciais, os quais utilizam de plataformas de anúncios para divulgação dos ativos.

A receita de venda de ativos é reconhecida quando se transfere o controle do ativo para o cliente, geralmente na entrega dos produtos. A liquidação dessa venda é realizada a vista, no vencimento da fatura.

A Companhia não fornece nenhum tipo de garantia sobre ativo comercializado.

3.2. Instrumentos financeiros

O CPC 48/IFRS 9 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38/IAS 39 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. No entanto, ele elimina as antigas categorias do CPC 38/IAS 39 para ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

A classificação dos ativos e passivos financeiros segundo o CPC 48/IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais.

Conforme o CPC 48/IFRS 9, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a custo amortizado; valor justo por meio dos outros resultados abrangentes ("VJORA"); ou valor justo por meio de resultado ("VJR").

As seguintes políticas contábeis aplicam-se à mensuração subsequente dos ativos financeiros na Companhia:

Ativos financeiros mensurados a custo amortizado	Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e perdas são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido também no resultado.

Sob o CPC 48/IFRS 9, um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

3.3. Demonstração do valor adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pelas Empresas e sua distribuição durante determinado exercício, e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras.

Tal demonstração foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que

servem de base de preparação das demonstrações financeiras, registros complementares, e segundo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado ("DVA").

3.4. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e investimentos temporários de curto prazo com prazos para resgate de até 90 dias da data da aplicação.

Os investimentos temporários são representados substancialmente por Certificados de Depósito Bancário - CDBs e são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data de apresentação das demonstrações financeiras, que não excedem o seu valor de realização.

3.5. Contas a receber e provisão para perdas de créditos esperadas

As contas a receber de clientes correspondem aos recebíveis pela prestação de serviços de aluguel de equipamentos e venda de ativos e estão registradas aos valores nominais das faturas e deduzidas da provisão para perdas créditos esperadas. A Companhia possui dois critérios para a constituição de provisão para perdas de créditos esperadas: (i) recebíveis com atrasos superiores a 90 dias, e (ii) clientes em que a Administração decidiu retirar os equipamentos devido a inadimplência. Ambos os critérios precisam ser cumpridos para a constituição da provisão. Além disso, há uma análise caso a caso em que recebíveis podem ser adicionados ou excluídos com base no melhor julgamento da Administração da possibilidade de recuperação desses créditos.

3.6. Imobilizado

a) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável ("impairment") acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos adquiridos para locação inclui os custos diretos para colocar o ativo em operação no local e em condição necessária para que estes sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. O custo de ativos construídos pelas próprias Empresas inclui o custo de materiais e mão de obra direta.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício.

b) Custos subsequentes

São capitalizados apenas quando é provável que os benefícios econômicos incorporados no componente fluirão para as Empresas e o seu custo possa ser medido de forma confiável. Os custos de manutenção recorrente são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

c) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou, no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear com base na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que as Empresas obterão a propriedade do bem no fim do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas dos itens significativos do ativo imobilizado para o exercício corrente e o comparativo são as seguintes:

	Vida útil
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3,4 anos
Direito de uso em arrendamento	1,8 a 10 anos
Máquinas	10 anos
Implementos industriais, rodoviários e ferramentas	7,1 anos
Veículos leves e pesados	10 anos
Móveis e utensílios e equipamentos de informática	10 anos
Sistema e Aplicativos	3 a 5 anos

A vida útil estimada dos bens do imobilizado são revisadas anualmente na data de encerramento das demonstrações financeiras. Quando aplicável, os efeitos decorrentes de alterações na vida útil remanescente são registrados prospectivamente.

3.7. Intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos.

A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável, as quais são avaliadas anualmente. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo

3.8. Redução ao valor recuperável (“impairment”)

A Administração analisa anualmente se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado (redução ao valor recuperável dos ativos). Caso tais evidências estejam presentes, é estimado o valor recuperável do ativo, sendo este o maior valor entre: (i) seu valor justo menos os custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (ii) seu valor em uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, é reconhecida a redução (provisão) do saldo contábil desse ativo (“impairment”).

3.9. Provisões

Reconhecidas quando:

- A Companhia tem uma obrigação presente (legal ou presumida) como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança.

- São quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, utilizando a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. São atualizadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras pelo montante estimado das perdas prováveis, observada sua natureza e apoiada na opinião dos assessores jurídicos.

3.10. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros que são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem as despesas bancárias que são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

3.11. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$240, para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos, os quais são reconhecidos no resultado.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias e prejuízos fiscais e base negativa entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera que sejam aplicadas às diferenças temporárias e prejuízos fiscais e base negativa quando elas forem realizadas, com base nas leis que foram decretadas, ou substantivamente decretadas, até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles estejam relacionados a imposto de renda lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados na data de apresentação das demonstrações financeiras e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.12. Lucro por quota

O lucro por quotas é calculado dividindo o lucro líquido atribuído aos quotistas pela quantidade média ponderada de quotas em circulação para cada período. A média ponderada de quotas é calculada com base nos períodos nos quais as quotas estavam em circulação.

3.13. Segmentos operacionais

O segmento operacional é apresentado de modo consistente com relatórios internos fornecidos para os principais tomadores de decisões (Diretoria e Conselho de Administração) da Companhia, responsáveis pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho do segmento operacional.

4. NOVAS ALTERAÇÕES E INTERPRESTAÇÕES DE NORMAS EMITIDAS

As novas normas ou alterações de normas e interpretações no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia serão efetivas conforme descritas abaixo:

4.1. Impacto da aplicação inicial da Alteração à IFRS 16—Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19 – expediente prático

A Administração avaliou o expediente prático emitido pelo IASB em maio de 2020 e concluiu que não há impactos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

4.2. Novas normas, alterações e interpretações ainda não adotadas

As novas normas ou alterações de normas e interpretações no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia serão efetivas conforme descritas abaixo:

Novas Normas, alterações e interpretações	Vigência a partir de
Alterações à IFRS 10 (CPC 36 (R3)) - Demonstrações	Data não definida pelo IASB
Alterações à IAS 1 - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes (i)	1º de janeiro de 2023

(i) Revisão de outras normas

As alterações à IAS 1 afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesas, ou as informações divulgadas sobre esses itens.

As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de 'liquidação' para esclarecer que a liquidação se refere à transferência, para uma contraparte; um valor em caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.

As alterações são aplicáveis retrospectivamente para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023. A Administração está em fase de avaliação dos impactos decorrentes da adoção da referida norma.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2019	2018
Caixa	-	6
Bancos conta movimento	-	6
Aplicações financeiras - CDB	6.793	2.448
Total	**6.793**	**2.460**

As aplicações financeiras estão representadas basicamente por recursos aplicados em certificados de depósitos bancários ("CBDs") com remuneração entre 95% e 105% em 2019 e 2018 do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor e com possibilidade de resgate imediato.

6. CONTAS A RECEBER

6.1. Composição dos saldos

	2019	2018
Contas a receber	8.865	5.611
Perdas de créditos esperadas	(397)	-
Total	**8.468**	**5.611**

Os contratos de aluguéis cuja locação ou prestação de serviço está em andamento no encerramento do mês e serão faturadas em período subsequente, a receita é apurada conforme os respectivos dias incorridos e contabilizada como receita a faturar no contas a receber.

6.2. Classificação por vencimento

Os saldos a receber por idade de vencimento estão distribuídos conforme segue:

	2019	2018
Vencidos:		
De 1 a 30 dias	1.074	521
De 31 a 60 dias	679	68
De 91 a 180 dias	61	14
Acima de 180 dias	487	49
Subtotal - vencidos	**2.301**	**662**
A vencer:		
De 1 a 30 dias	4.726	3.901
De 31 a 90 dias	1.838	1.027
De 91 a 180 dias	-	31
Acima de 180 dias	-	-
Subtotal - a vencer	**6.564**	**4.959**
Total	**8.865**	**5.611**

6.3. Movimentação das perdas de créditos esperadas

A movimentação da provisão para perdas esperadas de crédito está demonstrada a seguir:

	2019
Saldo inicial	**-**
(-) Complementos	(397)
Saldo no final	**(397)**

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	2019	2018
PIS e COFINS	1.593	2.171
IRPJ e CSLL	118	109
Outros	99	81
Total	**1.809**	**2.361**

8. IMOBILIZADO

As imobilizações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 estão abaixo apresentadas:

	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Máquinas	Implementos industriais, rodoviários e ferramentas	Veículos leves e pesados	Móveis e equipamentos de informática	Imobilizado em andamento	Total
Custo de Aquisição							
Saldo em 31 de dezembro de 2017 (não auditado)	**25**	**36.350**	**1.280**	**1.970**	**-**	**14**	**39.639**
(+) Adições (i)	-	34.269	1.412	1.470	94	91	37.336
(–) Impostos recuperáveis (ii)	-	(3.137)	-	-	-	-	(3.137)
(–) Baixa de ativos (iii)	-	(2.111)	-	(301)	-	-	(2.412)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**25**	**65.371**	**2.692**	**3.139**	**94**	**105**	**71.426**
(+) Adições (i)	296	44.887	1.401	1.329	100	52	48.065
(–) Impostos recuperáveis (ii)	-	(4.152)	-	-	-	-	(4.152)
(–) Transferências	91	-	-	-	-	(91)	-
(–) Baixa de ativos (iii)	-	(3.108)	-	(104)	-	-	(3.212)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**412**	**102.998**	**4.093**	**4.364**	**194**	**66**	**112.127**

(i) No exercício de 2019 e 2018, parte das aquisições de ativo imobilizado se deu por meio de financiamento de FINAME e CDC com pagamento direto ao fornecedor, não havendo fluxo de caixa envolvido na operação inicial e com reconhecimento direto do respectivo passivo. Assim, estas aquisições de ativos não estão sendo apresentadas na demonstração de fluxo de caixa. Tais aquisições de ativos totalizaram R$41.076 e R$32.404 nos exercícios de 2019 e 2018 respectivamente. Em todos os contratos de Finame da Companhia o bem financiado é alienado em garantia ao financiamento.

(ii) Refere-se ao crédito de PIS e COFINS no custo de aquisição de máquinas destinadas a locação e/ou prestação de serviços.

(iii) Os ativos que foram desmobilizados em 2019 e 2018 contribuíram com uma movimentação no caixa da Companhia em R$1.368 em 2019 e R$1.708 em 2018.

	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Máquinas	Implementos industriais, rodoviários e ferramentas	Veículos leves e pesados	Móveis e equipamentos de informática	Imobilizado em andamento	Total
Depreciação Acumulada							
Saldo em 31 de dezembro de 2017 (não auditado)	**(12)**	**(2.482)**	**(72)**	**(133)**	**-**	**-**	**(2.699)**
(+) Adições	(12)	(4.175)	(166)	(199)	(4)	-	(4.557)
(–) Baixa de ativos (iii)	-	149	-	25	-	-	174
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**(24)**	**(6.508)**	**(237)**	**(308)**	**(4)**	**-**	**(7.081)**
(+) Adições	-	(6.310)	(352)	(280)	(27)	-	(6.970)
(–) Baixa de ativos (iii)	-	335	-	19	-	-	354
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**(24)**	**(12.483)**	**(590)**	**(569)**	**(31)**	**-**	**(13.696)**
Saldos líquidos							
Em 31 de dezembro de 2018	1	58.863	2.454	2.832	90	105	64.345
Em 31 de dezembro de 2019	388	90.515	3.503	3.796	163	66	98.431
Taxa da depreciação anual							
2018	29%	10%	14%	10%	10%		
2019	29%	10%	14%	10%	10%		

8.1. Revisão das vidas úteis

As taxas de depreciação do ativo imobilizado foram revisadas durante o exercício, conforme requerido pelo IAS 16/CPC 27 - Ativo Imobilizado, sendo que a Companhia não identificou a necessidade de alterar as taxas de depreciação/vidas úteis 8.2 Redução ao valor recuperável de ativos ("impairment")

De acordo com as normas descritas no IAS 36/CPC 1 - Redução ao valor recuperável de ativos, oativo imobilizado da Companhia tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de que determinados ativos poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável.

9. FORNECEDORES

O saldo refere-se a obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores nacionais no curso normal dos negócios. Registrados pelo valor justo na data de aquisição:

	2019	2018
Fornecedores nacionais	6.729	3.129
Total	**6.729**	**3.129**
Passivo circulante	6.729	2.138
Passivo não circulante	-	991
Total	**6.729**	**3.129**

10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

10.1. Composição dos saldos

Modalidade	% Taxa ao ano	Moeda	Vencimento	2019	2018
Finame (i)	Pré 7,0 - 15,3% / TJLP + 4,7 - 6,0%	R$	2021-2022	6.170	7.862
CDC (ii)	Pré 9,4 - 23.7%	R$	2021-2024	59.641	36.984
Leasing (iii)	Pré 10,4 - 16,1%	R$	2022-204	4.662	3.129
Capital de Giro (iv)	CDI 4,3 - 5,3%	R$	2022-2024	2.300	769
Consórcios	0%	R$		51	46
Total				**72.824**	**48.790**
Passivo circulante				27.070	15.247
Passivo não circulante				45.754	33.543

(i) **Finame**: financiamentos para investimentos em máquinas e equipamentos utilizados nas operações. Os contratos possuem carência de amortização de principal que podem durar até um ano. Em todos os contratos de Finame da Companhia o bem financiado é alienado em garantia ao financiamento.

(ii) **CDC**: financiamentos para investimentos em máquinas e equipamentos utilizados nas operações. Os contratos possuem carência de amortização de principal que podem durar até um ano. Em todos os contratos de CDC da Companhia o bem financiado é alienado em garantia ao financiamento.

(iii) **Leasing**: contratos de arrendamento mercantil para investimentos em máquinas e equipamentos utilizados nas operações. Os contratos possuem carência de amortização de principal que podem durar até um ano.

(iv) **Capital de Giro**: são Cédulas de Crédito Bancário adquiridas junto a instituições financeiras com a finalidade de financiar o capital de giro da Companhia e para a compra de máquinas e equipamentos para as operações.

10.2. Movimentação dos empréstimos e financiamentos

	2019	2018
Saldo no início do exercício	**48.790**	**26.411**
(+) Captações	43.317	32.402
(+) Juros apropriados	6.817	4.723
(-) Amortização de principal	(19.302)	(10.545)
(-) Juros pagos	(6.798)	(4.201)
Saldo no fim do exercício	**72.824**	**48.790**

10.3. Cronograma de amortização

Em 31 de dezembro de 2019, os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano	**2019**
2020	27.070
2021	24.410
2022	15.879
2023 em diante	5.465
Total	**72.824**

10.4. Garantias

Os empréstimos e financiamentos são garantidos pelos próprios ativos financiados, contratos de locação com clientes e pelo aval dos acionistas da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia está em conformidade com todas as obrigações requeridas pelos contratos de empréstimos e financiamento, e não há covenants financeiros e operacionais a serem cumpridos nesta data.

11. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

	2019	2018
Salários	468	289
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS	82	71
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS	262	204
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	43	10
Provisão de férias	918	347
Total	**1.772**	**921**

12. PARCELAMENTO DE TRIBUTOS

	2019	2018
Lei 11.941/09 – REFIS	145	170
Lei 14.256/06 – PAT	-	2
Lei 13.496/17 – PERT	304	344
Total	**449**	**516**
Passivo circulante	60	62
Passivo não circulante	389	454
	449	516

12.1. Lei nº 11.941/09 - REFIS

A Empresa aderiu em 27 de outubro de 2009, o programa de refinanciamento de dívidas com a União para pagamento de débitos tributários em 180 parcelas. Os débitos tributários referem-se ao PIS, à COFINS, IRRF, ao IRPJ e a CSLL.

Em 29 de novembro de 2009, a Empresa obteve a consolidação do saldo de adesão ao referido parcelamento, efetuada pela Receita Federal e os impactos dessa consolidação foram devidamente registrados à época.

12.2. PERT

Durante o exercício de 2017, a Empresa optou pela adesão ao PERT relacionados aos débitos “Previdenciário e Não Previdenciários”, o que possibilitou regularizar débitos que estavam pendentes de pagamentos. Diante das condições estabelecidas pelo programa, a Empresa optou por garantir os descontos de 80% para juros e 40% para multa que se enquadrou no inciso III,b - Art. 2° MP 783.

No exercício de 2019, a Empresa obteve a consolidação dos saldos de adesão aos referidos parcelamentos “Previdenciários e Não Previdenciários”, efetuada pela Receita Federal.

12.3. Movimentação dos parcelamentos

	2019	2018
Saldo no início do exercício	**516**	**479**
(+) Novos parcelamentos	-	100
(−) Pagamentos – principal	(52)	(50)
(−) Pagamentos – juros	(15)	(13)
Saldo no final do exercício	**449**	**516**

13. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIOS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Administração não considerou necessária a constituição de provisão para eventual perda sobre os processos judiciais em andamento, para os quais, na avaliação dos seus assessores jurídicos, a probabilidade de perda é possível, sendo:

	2019	2018
Cíveis	255	255
Reclamações trabalhistas	36	6
Total	**291**	**261**

Trabalhistas

As reclamações trabalhistas ajuizadas contra a Companhia estão relacionadas, principalmente, a pedidos de pagamento de horas extras, adicional de insalubridade, diferenças salariais cuja ações estão sendo realizadas por ex-empregados.

Cíveis

Os processos de natureza cível, referem-se, principalmente a pedidos indenizatórios contra a Companhia, relacionadas a quebra de contratos e acidentes envolvendo máquinas e caminhões.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

14.1. Capital social

O capital social subscrito da Companhia em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é de R$ 230 representado por 230.000 ações ordinárias sem valor nominal, assim distribuídas:

	Número de Quotas	Participação (%)
José Augusto Carvalho Aragão	218.500	95%
Lúcia Rosa Pereira Aragão	11.500	5%
Total	**230.000**	**100%**

14.2. Política de distribuição de dividendos

No ano de 2019 os valores pagos de dividendos correspondem a R$ 2.187 (R$ 279 em 2018), referente aos lucros retidos até o balanço de 2019, e o saldo pagar de R$ 500 a ser pago no exercício de 2020.

15. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os saldos e as transações realizadas entre a Companhia e a partes relacionadas, estão demonstrados a seguir:

	2019	2018
Despesas com pessoal (*)	1.800	1.662

(*) A parte relacionada prestou serviços referente a terceirização de mão de obra nos setores de manutenção e administrativo até 31 de agosto de 2019. A partir dessa data, todos os funcionários da JPAR foram transferidos para a ARMAC e os impactos dessa transação foram devidamente registrados no resultado do exercício.

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

16.1. Conciliação das despesas de imposto de renda e contribuição social

A conciliação entre o imposto de renda e contribuição social calculados pela alíquota nominal prevista na legislação tributária e a despesa de imposto de renda e contribuição social lançados no resultado do exercício conforme demonstrado a seguir:

	2019	2018
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**15.088**	**9.653**
Alíquota nominal	34%	34%
Despesa com imposto de renda e contribuição social	**(5.130)**	**(3.282)**
Efeitos das adições permanentes no cálculo dos tributos:		
(-) Depreciação fiscal pela alienação de ativos	(458)	-
(-) Custos e despesas indedutíveis	(336)	(52)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	**(5.924)**	**(3.334)**
Correntes	(106)	-
Diferidos	(5.818)	(3.334)
Total	**(5.924)**	**(3.334)**
Alíquota Efetiva	39%	34%

16.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros, atribuíveis às diferenças temporárias. O imposto e a contribuição social diferidos têm a seguinte composição:

	2019	2018
Ativo		
Provisão para contas a pagar	-	1.112
Perdas estimadas crédito de liquidação duvidosa	397	-
Prejuízo fiscal e base negativa	874	1.078
Total	**1.271**	**2.204**
Alíquota vigente	34%	34%
Diferidos ativos	**432**	**749**
Passivo		
Diferença depreciação fiscal e econômica	33.547	17.367
Total	**33.547**	**17.367**
Alíquota vigente	34%	34%
Diferidos passivos	**11.406**	**5.904**
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	**10.974**	**5.156**

17. RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS PRESTADOS

	2019	2018
Prestação de serviços	66.829	45.902
Venda de imobilizados usados	1.370	1.709
Receita operacional bruta	**68.199**	**47.610**
(–) Impostos incidentes sobre vendas	(6.825)	(4.872)
Receita operacional líquida	**61.374**	**42.738**
COFINS	(5.087)	(3.488)
PIS	(1.104)	(757)
ISS	(634)	(628)
Total de impostos incidentes sobre vendas	**(6.825)**	**(4.872)**

18. DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia apresenta a demonstração do resultado utilizando a classificação das despesas com base na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	2019	2018
Amortização	(31)	-
Combustíveis	(6.424)	(5.377)
Custo na venda ou baixa de imobilizado	(1.809)	(2.091)
Depreciação	(6.970)	(4.557)
Sublocação de bens	(641)	(609)
Outros	(1.923)	(930)
Peças e manutenção	(4.073)	(3.696)
Perda de recebíveis	(49)	(70)
Pessoal	(15.986)	(10.244)
Provisão perdas de créditos esperadas	(397)	-
Seguro do imobilizado	(155)	(180)
Telecomunicação	(313)	(421)
Total	**(38.771)**	**(28.175)**
Custo das locações e prestações de serviços	(34.481)	(25.845)
Despesas gerais, administrativas e comerciais	(4.288)	(2.330)
Total	**(38.769)**	**(28.175)**

19. RECEITAS FINANCEIRAS

	2019	2018
Rendimentos de aplicação financeira	199	122
Juros ativos	92	28
Descontos financeiros obtidos	5	3
Multas e juros	-	101
Outras	-	308
Total	**296**	**563**

20. DESPESAS FINANCEIRAS

	2019	2018
Juros e multa	(45)	(73)
Descontos concedidos	(27)	-
Tarifa bancária, IOF e TAC	(920)	(663)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(6.817)	(4.723)
Outras	(4)	(14)
Total	**(7.813)**	**(5.473)**

21. LUCRO POR QUOTAS

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	**9.164**	**6.319**
Denominador básico:		
Média ponderada do número de quotas no período	230	230
Lucro por quotas - básico e diluído (em R$)	**39,84**	**27,47**

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

22.1. Categorias de instrumentos financeiros

Custo Amortizado	2019	2018
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	6.793	2.460
Contas a receber de clientes	8.468	5.611
Total	**15.261**	**8.071**
Passivos financeiros		
Fornecedores	6.729	2.322
Empréstimos e financiamentos	72.824	49.597
Dividendos a pagar	500	-
Total	**80.053**	**51.919**

22.2. Riscos financeiros

As atividades da Companhia estão sujeitas a riscos financeiros: de crédito e liquidez. Entretanto, para assegurar que se tenha caixa suficiente para atendimento das necessidades operacionais, a Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez.

22.3. Risco de câmbio

A Companhias não realiza transações com fornecedores estrangeiros, não há posição a riscos de câmbio em 31 de dezembro de 2019.

22.4. Análise de sensibilidade

Risco de taxa de juros

A Companhia obtém empréstimos e financiamentos junto às principais instituições financeiras para fazer frente às necessidades de caixa para investimento e crescimento. Em decorrência disso, a Companhia está exposta ao risco de taxa de juros referenciadas em CDI, SELIC e TJLP.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia tem R$2.300 de saldo de empréstimos e financiamentos denominados cuja remuneração é indexada ao CDI ou SELIC.

Abaixo há a análise de sensibilidade para o risco de aumento na taxa CDI que afetaria as despesas financeiras da Companhia. Foram considerados dois cenários, com aumento de 50% e 100% da taxa CDI respectivamente, tendo como base a projeção da Selic ao final de 2021 no patamar de 5%, conforme relatório Focus do Banco Central do Brasil de 26 de março de 2021

	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Taxa do CDI	2,76%	4,14%	5,52%
Financiamentos expostos a variação do CDI	2.300	2.300	2.300
Valor projetado	2.300	2.395	2.437
Impacto da variação do CDI	-	95	127

O total de empréstimos expostos a variação da TJPL em 31 de dezembro de 2019 é de R$ 6.170, na avaliação da Administração a exposição a variação dessa taxa não é material mesmo considerado um aumento de 50%, onde o possível efeito seria de um incremento de aproximadamente R$ 258. Em 31 de dezembro de 2019 a TJPL apresentava taxa de 5,57%.

Gestão de risco de crédito

As políticas de crédito fixadas pela Administração visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes.

A Administração, visando minimizar os riscos de crédito atrelados às instituições financeiras, procura também diversificar suas operações em instituições de primeira linha.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, dois clientes contribuíram com mais de 10% da receita operacional líquida, com 12% e 11% respectivamente.

Gestão de risco de liquidez

É o risco de a Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os

recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela Administração.

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

	Até 1 ano	Até 2 anos	De 2 a 5 anos	Total
Fornecedores	6.729	-	-	12.781
Empréstimos e financiamentos	27.070	24.410	21.344	72.824
Dividendos a pagar	500	-	-	500

23. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a prática de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos os riscos, por montantes considerados pela administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros considerando a natureza de suas atividades.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía seguros para bens do ativo imobilizado, no montante de R$ 112.127, sendo o vencimento das apólices em setembro de 2021.

24. INFORMAÇÕES POR SEGUIMENTO

A Companhia possui apenas um segmento operacional definido como locação de equipamentos. A Companhia está organizada, e tem o seu desempenho avaliado, como uma única unidade de negócios para fins comerciais e gerenciais. As informações são apresentadas de forma consistente para o principal tomador de decisões da Companhia, responsável pela alocação de recursos e avaliação das operações. A Administração, avalia o desempenho total da Companhia, o resultado comercial, gerencial e administrativo, considerando que toda a estrutura de custos e despesas é compartilhada por todas as categorias de produtos.

25. TRANSAÇÕES NÃO CAIXA

Classificação na Demonstração Financeira	Rubrica	Nota explicativa	Natureza da transação	2019	2018
Ativo	Imobilizado	9	Captação de Leasing para aquisição de imobilizado	41.076	32.404
Passivo	Empréstimos e Financiamentos	12		41.076	32.404

26. EVENTOS SUBSEQUENTES

Reorganização social

Em março de 2020, os acionistas da Companhia realizaram um aumento de capital social de R$475 mediante a emissão de 474.938 novas quotas, com valor nominal de R$1,00 (um real) por quota. Em seguida, os acionistas da Companhia aprovaram a transformação da Companhia de sociedade empresária limitada para sociedade por ações de capital fechado, passando a ser regulada de acordo

com as disposições da Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

Em junho de 2020, foi realizado através do contrato de subscrição e compra e venda de ações a emissão de 266.101 novas ações ordinárias por um preço global de R$75.500 e alocados ao capital social da Companhia. A totalidade das novas ações ordinárias foram subscritas pelo novo acionista SPEED Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia. Nesta oportunidade registrou o valor de R$5.168 com gastos da emissão pago a banco, advogados e consultores envolvidos na operação. Adicionalmente, este contrato prevê clausulas de indenização pelos acionistas originais à Companhia ou ao novo acionista, comuns em transações dessa natureza, sobre a existência de determinados eventos listados no anexo 7.1. (iii), para o período de 5 anos da data da assinatura deste contrato.

Em agosto de 2020, o SPEED Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia comunicou a Companhia o exercício da opção de aportar um montante adicional de R$50.000 a ser realizado em 2021.

Em fevereiro de 2021, foi realizado a emissão de 176.266 novas ações ordinárias por um preço global de R$50.404 e alocados ao capital social da Companhia. Desta maneira, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, passa para R$126.610. A totalidade das novas ações ordinárias foram subscritas pelo SPEED Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

Reserva de capital - ágio na emissão de ações

A reserva de capital em 31 de dezembro de 2020 é de R$75.234, referente ao ágio gerado na emissão de 266.101 novas ações, nominativas e sem valor nominal, subscritas e integralizadas pelo SPEED Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, pelo preço unitário de R$284.

Distribuição de dividendos

Distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, em percentual a ser definido em Assembleia Geral, entretanto, respeitando as regras previstas na legislação vigente (mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, após a constituição de reserva legal.

Em março de 2020, a Companhia aprovou a distribuição de R$26.389 em dividendos dos lucros retidos até o balanço levantado em 29 de fevereiro de 2020. Em 2019 os dividendos aprovados foram de R$2.687.

No ano de 2020, os valores pagos de dividendos correspondem a R$20.889 e R$500 referentes ao ano de 2019, e o saldo a pagar em 31 de dezembro de 2020 de R$5.500 pago em janeiro de 2021.

Impactos Covid-19

A Companhia vem acompanhando com atenção a evolução da pandemia do COVID-19, declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), bem como seus reflexos na economia.

A Companhia prontamente adotou as medidas recomendadas pelas autoridades competentes para proteger a saúde de seus colaboradores e buscar impedir qualquer interrupção em suas atividades operacionais. Dentre as principais medidas tomadas, estão: reforço dos protocolos de higiene; propagação de informações sobre o tema em seus canais de comunicação internos; cancelamento de eventos internos e viagens; flexibilização de rotinas de trabalho para evitar aglomerações; adesão ao trabalho remoto para diversos grupos de profissionais; adoção das medidas provisórias implementadas pelo Governo Federal para prorrogação de pagamento de impostos e tributos nos meses de abril, maio e junho, dentre outras medidas.

A Companhia ressalta que não houve renegociações ou rompimentos de contratos com clientes significativos sem que a Companhia obtivesse contrapartida julgada adequada pela Administração, bem como, não houve devoluções de ativos por encerramento de contrato antecipado, inadimplências relevantes no contas a receber e/ou descontos relevantes acordados com os clientes.

Com base em nosso melhor conhecimento, não há nenhum fato ou contingência relevante que não tenha sido informado e, que possa (i) impedir a continuidade operacional ordinária da Companhia, e/ou (ii) afetar significativamente a situação financeira e patrimonial da Companhia e influir na sua avaliação como empreendimento em continuidade. Sendo assim as demonstrações financeiras foram elaboradas levando em conta esse pressuposto.

Como a atuação da Companhia está muito ligada ao setor do agronegócio, ainda não foi possível identificar impactos negativos nas nossas operações.